



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 81 / XIV / 2.ª SL

Aos catorze dias do mês de julho de 2021, pelas quinze horas, na Sala 7 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Apreciação do parecer de assentimento à deslocação de Sua Excelência, o Presidente da República à República Federativa do Brasil, S. Paulo, de 29 de julho a 03 de agosto, para participar na inauguração do Museu da Língua Portuguesa.

3. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 25/XV/2.ª](#)
Aprova a prorrogação da aplicação das medidas transitórias no âmbito do Acordo de Parceria ACP-EU.

Deputado autor do parecer: Nuno Miguel Carvalho - PSD

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, que propõe a constituição de um grupo de trabalho de acompanhamento da execução do acordo bilateral EUA-Portugal, a propósito da Base das Lajes.

5. Apresentação e discussão dos Projetos de Resolução:

[1392/XIV/2.ª \(NINSC-CR\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à ratificação da Convenção sobre violência e assédio no mundo do trabalho da Organização Internacional do Trabalho.

[1399/XIV/2.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que submeta a discussão e votação no Parlamento qualquer acordo de livre circulação ou mobilidade com a CPLP.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

[1342/XIV/2.^a \(Ninsc-JKM\)](#) - Recomenda ao Governo que exerça a sua ação diplomática junto da União Europeia, promovendo a proteção das pessoas LGBTQI+ face à legislação repressiva aprovada pelo Parlamento Húngaro.

6. Apresentação e votação dos seguintes projetos de Voto:

[607/XIV/2.^a \(IL\)](#) - De condenação pelas sucessivas violações dos direitos fundamentais das pessoas LGBTIQ na Hungria.

[609/XIV/2.^a \(BE\)](#) - De condenação pela aprovação de mais um pacote legislativo contra os direitos LGBTI+ na Hungria.

[611/XIV/2.^a \(Ninsc - JKM\)](#) - De solidariedade para com a comunidade LGBTQI+ na Hungria face à aprovação de legislação atentatória da sua dignidade e liberdade.

[614/XIV/2.^a \(CH\)](#) - De congratulação pela aprovação na Hungria de legislação que defende a instituição Família.

[617/XIV/2.^a \(NINSC-CR\)](#) - De protesto, pela posição de neutralidade assumida pelo Governo Português face à legislação atentatória dos direitos humanos, aprovada pela Hungria.

[619/XIV/2.^a \(BE\)](#) - De protesto, pela declaração de neutralidade por parte do governo português relativamente à aprovação de um pacote legislativo contra os direitos LGBTQI+ na Hungria.

[623/XIV/2.^a \(PAN\)](#) - De condenação pela aprovação de legislação na Hungria que viola os direitos humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo.

[636/XIV/2.^a \(PSD e CDS-PP\)](#) - De condenação contra a homofobia no mundo.

7. Discussão na especialidade dos seguintes Projetos de Resolução:

[n.º 1240/XIV/2.^a](#) - Apoio à tripla ameaça em Moçambique

[n.º 1328/XIV/2.^a](#) - Recomenda ao Governo que continue o seu esforço para sensibilizar e mobilizar as organizações e a comunidade internacionais para a necessidade urgente de ajudar Moçambique a dar resposta à grave crise humanitária que afeta centenas de milhares de deslocados na Província de Cabo Delgado

8. Aprovação das atas:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- n.º 59, de 16 de março de 2021;
- n.º 62, de 30 de março de 2021;
- n.º 64, de 7 de abril de 2021;
- n.º 67, de 20 de abril de 2021;
- n.º 68, de 27 de abril de 2021;
- n.º 72, de 25 de maio de 2021;
- n.º 75, de 8 de junho de 2021;
- n.º 78, de 24 de junho de 2021.

9. Outros assuntos

Iniciada a reunião, dirigida pelo Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou aquele por dar as boas vindas a todos.

No **Ponto 1.**, o Presidente prestou as seguintes informações:

- A pedido do próprio, informou que o Deputado Pedro Bacelar de Vasconcelos deixou de integrar o elenco desta Comissão, tendo solicitado a leitura, em reunião, da sua carta de demissão, o que foi feito. O Presidente da Mesa lamentou a decisão do Deputado Bacelar de Vasconcelos, quer pelo trabalho realizado em Comissão, quer pelo apreço, pessoal e profissional que sempre granjeou junto de todos os membros da mesma.
- Seguidamente, informou que, a convite do seu homólogo do Senado russo, vai deslocar-se à Federação Russa, na segunda metade do mês de outubro próximo, uma delegação desta Comissão, que será por si liderada. A delegação integrará elementos dos restantes Grupos com assento na Comissão, pelo que solicitou posterior indicação dos deputados que a integrarão.

No **Ponto 2.**, foi lido o projeto de parecer da Comissão, relativo ao pedido de assentimento para deslocação ao estrangeiro, apresentado pelo Senhor Presidente da República. Não se tendo registado qualquer intervenção e uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes (com a ausência de BE, PCP e CDS-PP).

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Deputado Eduardo Teixeira (PSD) para apresentação do Parecer identificado à margem, da autoria do Deputado Nuno Carvalho (PSD), impossibilitado de estar presente. Procedeu ao enquadramento da matéria, tendo



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

concluído que a iniciativa em apreço reunia condições para subir a Plenário, nos termos e para os efeitos regimentalmente aplicáveis.

De seguida, interveio a Deputada **Lara Martinho (PS)**, que felicitou o autor do parecer pelo trabalho desenvolvido, acompanhando o sentido e teor do mesmo.

Não tendo ocorrido demais intervenções, o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência de BE, PCP e CDS-PP.

Passados ao **Ponto 4.**, foi concedida a palavra à Deputada Ilídia Quadrado (PSD para apresentação do Requerimento identificado supra, tendo sido explicado tratar-se de um dossiê extremamente sensível e relevante que justifica plenamente a autonomização de um Grupo de Trabalho que permita um acompanhamento de grande proximidade relativamente ao Acordo das Lajes.

Seguidamente interveio a Deputada **Lara Martinho (PS)** que salientou tratar-se de um tema desde sempre acompanhado em Comissão com grande interesse e que o PS, tendo concordado com o requerido.

Interveio de seguida o **Presidente da Mesa** para sublinhar o facto de competir ao Parlamento escrutinar a aplicação do Acordo, que desde sempre se fez em Comissão. Questionou o método ora proposto para o acompanhamento da matéria, visto ser, por princípio, contra a constituição de grupos de trabalho para escrutinar matérias que são da competência da Comissão.

Interveio o Deputado **Paulo Neves (PSD)** que explicou a experiência da criação e funcionamento de outros Grupos de Trabalho noutras Comissões.

O Requerimento foi submetido a votação, tendo sido aprovado, com votos favoráveis de PS e PSD, e a abstenção do Presidente da Mesa, tendo estado ausentes BE, PCP e CDS-PP.

No **Ponto 5.**, procedeu-se à apresentação dos diferentes Projetos de Resolução elencados na OD, pela ordem e com o conteúdo que seguidamente se resume:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- PJR 1342/XIV:

Não tendo estado presente, comunicou a Deputada subscritor prescindir da sua apresentação, dando-a por efetuada em Comissão.

- PJR 1392/XIV:

Foi concedida a palavra à Deputada Cristina Rodrigues (Ninsc) para apresentação da sua iniciativa, à margem referenciada. Começou a Deputada apresentante por enquadrar o tema subjacente à mesma, tendo realçado a relevância da adoção, em 21 de Junho de 2019, durante a 108.^a sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Convenção 190/OIT, a primeira a versar sobre violência e assédio no mundo do trabalho (a par da Recomendação 206, de 2019), Convenção aquela, aprovada com 439 votos a favor, 7 contra e 30 abstenções e a recomendação que a complementa com 397 votos a favor, 12 votos contra e 44 abstenções. Tendo entrado em vigor em 25 de junho de 2021 e até à presente data, apenas seis países ratificaram a Convenção, a saber, Argentina, Equador, Fiji, Namíbia, Somália e Uruguai. Ciente da relevância da matéria e das implicações negativas para os trabalhadores das questões nela abordadas, designadamente situações de assédio, perseguição e intimidação, atingindo, essencialmente, as mulheres, e atendendo ao facto de Portugal não ter ainda procedido à ratificação da referida Convenção, entende a autora ser urgente dar tal passo, através do qual Portugal demonstrará o seu comprometimento com a eliminação do assédio e da violência no mundo do trabalho e com a construção de locais de trabalho mais saudáveis.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Eduardo Teixeira (PSD) que lembrou que a iniciativa de propositura do instrumento de ratificação compete ao Governo, tendo sugerido que a autora pudesse suspender a tramitação da sua iniciativa, até esclarecimento da situação.

Lara Martinho (PS), que sublinhou não ser um acaso a ausência de ratificação por parte de qualquer dos Estados membros da União Europeia, pois esta deve igualmente pronunciar-se sobre a matéria, antes de que os diferentes Estados que a integram possam proceder à respetiva ratificação formal. Por conseguinte, entendeu ser prematura a apreciação do presente Projeto, bem como a sua imediata votação em Plenário, a qual, a ser agendada, não contará com a concordância do PS.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Não se tendo registado demais intervenções e tendo-se mantido inalterado o teor da iniciativa, o Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão.

- PJR 1399/XIV:

Não estando presente o Deputado subscritor do CH, o CDS-PP solicitou o adiamento da sua discussão.

No **Ponto 6.** procedeu-se à apresentação e discussão dos diferentes projetos de voto, tendo o Presidente da Mesa sugerido a sua discussão conjunta, em função do seu agrupamento por matérias. Tendo este procedimento disso positivamente sufragado, a discussão ficou ordenada do modo que segue e com as intervenções abaixo registadas.

- Votos números 607/XIV (IL), 609/XIV (BE), 611/XIV (Ninsc JKM), 632/XIV (PAN) e 636/XIV (PSD e CDS_PP):

Intervieram os Deputados João Moura (PSD), Cotrim de Figueiredo (IL), Eduardo Teixeira (PSD), Bebiana Cunha (PAN) Alexandra Vieira (BE) e Telmo Correia (CDS-PP).

Propôs o Presidente da Mesa a adoção do procedimento usualmente utilizado em Comissão, de submeter à votação em bloco de todos estes PJV's, sem prejuízo da posterior consensualização de um texto único, a aprovar na próxima reunião. Todos os subscritores dos votos em questão concordaram com o procedimento, pelo que, passados à votação em bloco, houve aprovação por unanimidade dos presentes (ausência do PCP).

- Voto n.º 614/XIV (CH):

Não estando presente o Deputado para a sua apresentação, foi o mesmo submetido a votação, tendo sido rejeitado, por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do PCP).

- Votos números 617/XIV (Ninsc CR) e 619/XIV (BE):

Intervieram nesta discussão as Deputadas Cristina Rodrigues (Ninsc) e Alexandra Vieira (BE).

Uma vez aceite a sua votação em bloco e submetidos a sufrágio, foram ambos rejeitados, com votos contra do PS, a favor do BE e abstenção do PSD (ausência de PCP e CDS-PP).



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No **Ponto 7.**, foi apresentado um texto de consenso, visando a substituição dos textos de ambas as iniciativas em apreço, com o seguinte teor:

«A Assembleia da República resolve, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:

Reforce as suas iniciativas, tanto políticas como diplomáticas, junto das competentes instituições das Nações Unidas e dos respetivos Estados membros, no sentido de mobilizar o urgente auxílio humanitário a Moçambique, motivado pelas sucessivas crises climáticas, pandémica e de violência armada, bem como junto da União Europeia para a criação, pela Comissão, de um fundo fiduciário que apoie a reconstrução do país.»

Submetido a votação, o texto de substituição foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do PCP). As iniciativas originárias ficaram, assim, processualmente consumidas, tendo sido dada por encerrada a discussão e votação desta matéria em sede de especialidade.

No **Ponto 8.** procedeu-se à verificação do teor das atas à margem elencadas, as quais, submetidas a votação em bloco, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do PCP).

_____ // _____

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos, estando disponível [registo áudio](#) da mesma, assim se lavrando a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2021.

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões (PS)
Edite Estrela (PS)
José Mendes (PS)
Lara Martinho (PS)
Paulo Pisco (PS)
Paulo Porto (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Susana Correia (PS)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
Pedro Filipe Soares (BE)
Telmo Correia (CDS-PP)
Romualda Fernandes (PS)
André Neves (PSD)
João Moura (PSD)
Fabíola Cardoso (BE)
João Cotrim De Figueiredo (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Cesário (PSD)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bacelar De Vasconcelos (PS)
Carla Sousa (PS)
João Oliveira (PCP)

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 21 de julho de 2021.